

Implicações do PARFOR na atuação docente: análise da Universidade Federal do Amapá

Alciane Santos Favacho

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Kátia Paulino dos Santos

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Resumo

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) é uma importante política de fomento e melhoria da categoria de professores em âmbito nacional, que busca promover a oferta de educação superior gratuita e de qualidade para professores em serviço de educação básica, como preconiza as exigências previstas pela LDB 9394/96. O presente artigo visa analisar as implicações do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), na atuação do professor no Estado do Amapá, a partir da experiência do percurso formativo pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) entre o período de 2009 à 2016. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa de natureza explicativa, tratando-se de um estudo de caso, que tem por objeto a UNIFAP. Apresentou-se os resultados da pesquisa junto à UNIFAP, revelando as implicações do PARFOR no processo de formação inicial e continuada nas escolas da rede pública na cidade de Macapá, demonstrando-se as diferentes percepções dos sujeitos no percurso de formação. Verificou-se que esta política contribui de forma significativa para formação dos professores, representando um mecanismo de reconhecimento e de valorização destes profissionais. As análises revelam que o programa atende uma demanda elevada de professores que atuam nos interiores do Estado do Amapá, e que importantes avanços e impactos refletiram para melhoria da educação por meio dos cursos de formação de professores.

Palavra-chave educação básica; programa de formação docente; formação de professores; universidade federal do amapá.

Abstract

The Nacional Program of Teacher's Formation (PARFOR) is an important policy for the promotion and improvement of the teachers group at the national ambit, which search ways to promote the free higher education offer with quality to teachers at service on the primary education, as the LDB 9394/96 demands. This article has the objective to analyze the implications of the Nacional Program of Teacher's Formation (PARFOR) in the teachers performance established in the State of Amapá, starting with the experience of the formation

route through the Federal University of Amapá (UNIFAP) between 2009 to 2016. Methodologically, it was adopted a qualitative approach of explanatory nature, being a case study, whose object is the UNIFAP. Finally, the results of the research with UNIFAP will be presented exposing the implications of PARFOR in the process of initial formation and continuing education in public schools in the city of Macapá, demonstrating the different perceptions of the subjects in the training path. It was found that this policy contributes very significantly to teacher training, representing a mechanism of recognition and appreciation of these professionals. The analyses show that the program attends a higher demand of teachers who actuate in the interiors of the state of Amapá, and that important advances and impacts contributed for the improvement of education through the courses of teacher's formation.

Key-word basic education; program of teacher's formation; teacher training; federal university of amapá.

Introdução

O presente artigo objetiva analisar as implicações da Política Nacional de Formação do Professor da Educação Básica (PARFOR) na atuação do professor do Estado do Amapá, a partir da experiência do percurso formativo pela Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, no período de 2009 à 2016. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) encontra-se entre as políticas educacionais tomadas pelo Governo Federal, implantado após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, que augura a formação de docentes em nível superior para atuar na Educação Básica (BRASIL, 1996).

O Programa na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) iniciou suas atividades com a oferta dos cursos no ano de 2009, e recebe professores das redes estaduais e municipais, das áreas urbanas e rurais do Estado. Enfatiza-se que a implementação do programa na IES formadora entre os anos de 2009 à 2016 atingiu a diplomação de aproximadamente 770 professores em diversas licenciaturas em nível superior tais como: (Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura Ciências Biológicas, Licenciatura Física, Licenciatura Matemática, Licenciatura em História, Licenciatura Geografia, Licenciatura Pedagogia, Licenciatura em Letras e Letras Francês.

Nesse contexto, o Programa PARFOR, em parceria com a UNIFAP, tem ofertado a qualificação aos professores e reduzindo o quadro de professores sem a formação em nível superior no Estado do Amapá. Entretanto, essa conquista tem como princípio primordial as bases legais, na exigência da LDB 9394/96, sobre a formação do docente em nível superior para atuar na educação básica e reforçada através da aplicabilidade da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto Lei Nº 6755 de 29/01/2009). Daí a importância de oportunizar essa formação de valorização social da profissão por meio de um projeto social, político e ético que contribua com a educação das escolas da rede pública em particular do Amapá.

Metodologia da pesquisa

Com relação à metodologia delineada para, elegeu-se a abordagem qualitativa, pelas próprias características necessárias a esta investigação. Sendo assim, utilizou-se de uma abordagem qualitativa e de natureza explicativa, por se tratar de uma pesquisa de estudo de caso na Universidade Federal do Amapá/UNIFAP.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa tratou-se de estudo de caso, que conceitualmente é definido como uma “estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando referências nos estudos do autor abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados” (YIN, 2001, p.33)

Utilizou-se as técnicas de realização de entrevistas e observação *in loco*, que possibilitaram compreender a dinâmica operacional do objeto de estudo. As entrevistas utilizaram o formato semiestruturado, voltando-se ao público com diferentes atribuições para a execução do Programa PARFOR/UNIFAP, sendo o Coordenador do PARFOR-UNIFAP, Docentes do Programa, Gestores de Escolas, Coordenadores pedagógicos e os alunos do programa PARFOR-UNIFAP/Egresso.

Resultados e discussões

Políticas educacionais e o Ensino Superior

As Políticas educacionais e o Ensino Superior no Brasil, apresentar uma análise do aporte teórico da trajetória das reformas educacionais e os conceitos das políticas e o seu papel fundamental em programas específicos e pontuais, com ênfase nos principais programas educacionais pelos governos de FHC e Lula. Levar em consideração o cenário com as diretrizes das políticas - educacionais nos governos referentes aos impactos mais relevantes de forma abrangente das políticas educacionais, no contexto do ensino superior brasileiro. Partindo das premissas sobre as implicações das políticas educacionais brasileiras que tiveram ênfase nos governos Fernando Henrique Cardoso no período de 1995-2002 e de Luís Inácio Lula da Silva de 2003 -2010, tendo como propósito revelar as dimensões específicas mais pontuais nessas políticas educacionais sobre os reflexos no tocante à ações e programas federais executados no campo educacional entre as décadas de 1990 e 2000.

As políticas educacionais no contexto do ensino superior e na história na educação pública brasileira, constitui-se por trajetórias marcantes no tocante aos avanços e retrocessos por uma educação que garanta aos cidadãos à qualidade do ensino, de forma democrática e com acesso permanente na escola. Pois, a educação no Brasil, tardiamente instituiu-se a escola pública para todos, advinda de um passado escravocrata e elitista. Entretanto, somente no século XIX busca-se democratizar a educação pela universalização do ensino e a difusão dos movimentos pela renovação pedagógica. Porém, os desafios e as problemáticas são de caráter históricos de cunho social, político e pedagógico. (LUZURIAGA, 1959). No Brasil, as políticas públicas educacionais são estabelecidas por meio do processo pedagógico nacional com abrangência de processos formativos em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, no qual são discutidas as temáticas necessárias visando garantir uma educação de qualidade, apoiadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Diante disso, ressalta-se que as políticas de educação superior inseridas no Plano Nacional de Educação (PNE) -2001, relatam que a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96) tem um marco de referência para o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil.

Políticas de formação de professores no Brasil: origem e trajetória

As políticas educacionais fazem parte do contexto das políticas públicas sociais do país, constituem-se elementos de normatização do Estado. Lima (2006, p.19) considera que o cenário educacional brasileiro tem apresentado resultados negativos frente aos demais países, pois, a política educacional do país, ainda deixa muito a desejar, e que essa realidade só poderá ser modificada por meio de ações que assegurem boa formação dos professores, o que resultará na consolidação de mudanças no âmbito educacional.

No Brasil, as políticas de formação de professores, em especial ao longo das últimas décadas entre 1990 e 2000 têm passado por significantes processos de mudanças no contexto educacional brasileiro em decorrência de novos ordenamentos estruturais no mundo contemporâneo. A política real atribuída a essa área de formação de professores deve ser articulada sobre a focalização em suas metas, financiamento, gerenciamento e impactos sobre o desenvolvimento em detrimento dos diversos contextos sociais da sociedade globalizada. Pois, a história das últimas décadas permite constatar que se tentou de tudo no âmbito da educação, mas os resultados são insignificantes (TEDESCO, 2005). As políticas de formação de professores no Brasil, no âmbito educacional, é um fator preponderante para as mudanças significativas da prática do professor por meio das informações e expansão dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Neste sentido, Rodrigues (2012) aponta que:

A educação passa por uma revolução no cenário social e econômico mundial, pois as funções e papéis desta instituição passaram a receber críticas e serem apontadas como dados que merecem atenção diferenciada dentro dessa mudança na sociedade. Além disso, as transformações na estrutura da sociedade, principalmente referindo-se ao método de trabalho, exigem a formação de um novo trabalhador dotado de características mais flexíveis, eficientes e polivalentes (RODRIGUES, 2012, p. 19).

O Estado no âmbito das políticas públicas deve efetivar esse processo de formação continuada, sobre os diversos aspectos econômicos, sociais e ideológicos. Para isso, a formação continuada de professores, é compreendida como um desafio dentro do paradigma do contexto educacional, pois a formação inicial é considerada insuficiente para resolver as inúmeras dificuldades relacionadas a aprendizagem do aluno. Nesse contexto de formação de professores, é instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério (PARFOR), criado pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que fomenta a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade aos docentes em exercício no âmbito da educação da rede pública (BRASIL/MEC 2009).

Formação de professor à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

No Brasil, os aspectos legais sobre formação de professores têm a base legal a Lei LDB 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece que todos os professores da educação básica devem ser habilitados em nível superior. Pela força da Lei, as mudanças na formação docente, os planejamentos e os investimentos das iniciativas governamentais em política públicas se aplicaram na formação em nível superior e em programas de aperfeiçoamento. As políticas de formação e profissionalização dos professores no país, teve a primeira mudança significativa com a promulgação da LDB 9.394/96 incentivou-se a diversificação e a flexibilização das universidades com criação dos Institutos Superiores de Educação.

Com essas medidas, acelerou o processo de privatização na área educacional, liberando a criação e expansão de instituições de educação superior de cunho lucrativo para iniciativa privada. Para Severino (2003), a LDB continua a corresponder com a dicotomia público /privado, com melhorias em iniciativas com interesses e privilégios ao setor privado. Ressalta-se que, além da LDB nº9.394/96 e da resolução CNE –Conselho Nacional de Educação, o qual se destacaram através dos documentos como incentivo à formação de professores da educação básica com a implementação do Plano nacional de educação PNE, instituído na lei nº. 10.172/01, durante a vigência do PNE 2001-2010, é instituído o programa de formação de professores da educação básica, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com propósito de realizar a qualificação dos docentes com intuito de melhorar os níveis de ensino na educação brasileira. É importante mencionar que, o estado neste contexto se coloca em uma extensão legislativa e normativa, em relação à formação em nível superior.

O Programa de Formação de Professores da Educação Básica

A formação continuada dos professores no Brasil, passa por diferentes momentos históricos, em aspectos políticos e posicionamentos teóricos que evidenciam as trajetórias de evolução de reformas no processo educacional da formação de docentes no País. De acordo com Silva e Frade (1997), nas últimas três décadas no Brasil se evidenciam três momentos políticos: a ditadura militar, o movimento de democratização da sociedade e os movimentos de globalização da cultura e da economia. É importante destacar, as críticas acerca da forma como essa garantia encontra-se expressa na Lei, Saviani, (2009), por exemplo, ao ser citado por Borges, Aquino e Puentes, (2011, p.101) argumenta que o fim do regime militar, trouxe muitas expectativas aos professores que, em decorrência do movimento de mobilização, alimentava a esperança de que a formação docente receberia incentivos e os problemas relacionados a essa questão, seriam equacionados com a nova LDBEN (9.394/1996). Porém, Saviani (2009) afirma que isso não aconteceu, pois além de não suprir as expectativas, a LDBEN não correspondeu às expectativas, tendo em vista que “introduziu, como alternativa aos cursos de Pedagogia e de Licenciatura, os Institutos de nível superior de segunda categoria, provendo uma formação mais aligeirada e barata, por meio de cursos de curta duração”. Portanto, isso fez com que houvesse uma verdadeira “corrida do ouro” por parte dos professores para garantir a formação exigida, o que levou o governo, a ofertar cursos voltados especificamente aos professores, em forma de módulos durante o período de férias, tal como o PARFOR, formação de professores objeto de estudo na pesquisa. O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), oferece vagas em cursos de licenciatura gratuitos e de qualidade para professores em

exercício nas redes públicas de ensino na modalidade presencial em Instituições de Educação Superiores em cursos, da seguinte forma:

Primeira licenciatura: para docentes da rede pública de educação básica que não tenham formação de nível superior;

Segunda licenciatura: para docentes da educação básica que atuam em área distinta da sua formação inicial; e

Formação pedagógica: para docentes da rede pública de educação básica com formação de nível superior, mas sem habilitação em licenciatura.

O programa PARFOR no Amapá, atende a um público muito singular e específico com traços culturais marcados pela força da formação econômica e social da Amazônia. Os cursos são ofertados em regime modular, e os professores cursistas do programa são professores das redes estadual e municipais. A minoria trabalha na capital Macapá, e para concluir toda a carga horária e curricular os cursos terminam em quatro anos. Desse modo, os alunos do PARFOR precisam se apresentar na UNIFAP durante oito módulos que funcionam nos meses de julho e de janeiro e fevereiro. Eles, assim, utilizam os seus períodos de férias em busca desta qualificação de ensino superior. Dessa forma, o programa de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR, possui uma amplitude sobre a execução nos aspectos da sua origem, dos avanços e os desafios do PARFOR.

É importante ressaltar, que a expansão do programa PARFOR no Estado do Amapá se materializa pelas descrições nas legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, oportunizando aos profissionais da educação básica a Formação Inicial e Continuada em serviço.

No Brasil programas de formação de professores como o PARFOR têm apresentado inúmeras oportunidades aos professores, com qualificações na formação docente com o propósito de melhorar a qualidade da educação nas escolas da rede pública. Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) que estabelece no artigo 62 que: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]”, admitindo-se a formação mínima de nível médio, na modalidade Normal, para o exercício do magistério na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental.

Estudo de Caso: as implicações do PARFOR na atuação do professor na cidade de Macapá-Amapá-Brasil

Nos itens que seguem serão apresentados os panoramas da implantação do PARFOR na UNIFAP, bem como a perspectiva das influências do programa por parte dos sujeitos envolvidos.

O Programa Nacional de Formação de Professores no Amapá e a atuação da Universidade Federal do Amapá

Com 10 anos de existência, o PARFOR no Amapá, fomenta a formação inicial e continuada dos professores no Estado do Amapá, com uma estimativa de uma população universitária de professores cursando com 1.479 (2016) no ensino de graduação em nível superior, distribuídos nas quatro IES parceiras, Universidade Federal do Amapá (lôcus da pesquisa), Universidade Estadual do Amapá, Instituto Federal do Amapá, Polo da Universidade aberta do Brasil. Portanto, essa formação qualifica os docentes em cursos em diversas licenciaturas com conhecimentos científicos, social, cultural e político, dando amplitude na qualidade da aprendizagem das crianças, jovens e adultos.

Outro ponto importante em relação ao programa, condiz ao levantamento de estatísticas de professores que precisam obter a formação continuada na rede pública do Estado do Amapá, todavia o PARFOR tem como base nos dados do Censo Escolar no Amapá, que segundo o Censo escolar de 2018, há 2.759 professores atuando sem formação em nível superior (sem a primeira licenciatura) e 324 com nível superior, mas sem licenciatura (no caso complementação pedagógica). Isso mostra-se a necessidade de implementar políticas públicas educacionais voltadas para a formação dos professores em nível superior no Estado do Amapá.

A importância desse Plano para educação Brasileira em âmbito nacional e estadual, é considerado um investimento planejado e democrático por meio de parcerias dos Estados, Municípios e Instituições de ensino superior públicas do país.

Entretanto, no contexto da educação pública, a falta de formação adequada de professores é um dos problemas que afetam a evolução do ensino brasileiro.

Para facilitar a compreensão, apresenta-se o levantamento de Formações Docentes no Estado do Amapá -ano/ 2018.

Tabela 01- Número de Professores da Educação Básica por Escolaridade –Graduação

Região	Total	Possui curso com Licenciatura	Possui curso sem Licenciatura	Ensino Médio Normal/ Magistério	Fundamental
Brasil	2.226.423	1.708.692	70.207	441.764	5.760
Norte	196.831	142.432	5.560	47.945	894
Amapá	10.947	7.855	324	2.759	9

Fonte: INEP.

Esta comparação é importante para que as secretarias de educação possam articular as formações necessárias através dos seus planejamentos estratégicos, a formação inicial e continuada dos professores no Estado do Amapá tanto para área urbana como rural, ainda é muito carente e inquietante para o ensino do Estado.

A Universidade Federal do Amapá – UNIFAP no segundo semestre de 2009, iniciou a implantação dos cursos superiores para os professores em exercício das escolas da rede pública do Estado do Amapá, com cursos em Licenciaturas de: Artes, Ciências Biológicas, Matemática, Física, História, Geografia, Pedagogia, Letras e Letras Francês. (9 cursos).

No que concerne as implicações da execução no percurso do processo formativo do programa PARFOR/AP, observa que:

Tabela 02 - Total de turmas implantadas e concluídas pelas IES parceiras através do PARFOR de 2009 a 2015 (primeiro semestre de 2016)

IES	CURSOS	TOTAL
UNIFAP	LICENCIATURA EM ARTES	5
	LICENCIATURA EM LETRAS	5
	LICENCIATURA EM FÍSICA	1
	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	4
	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	5
	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICA	5
	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	2
	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	5
	LICENCIATURA EM LETRAS/FRANCÊS	1
	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	18
UEAP	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS	1
IFAP	LICENCIATURA EM INFORMÁTICA	2
UAB	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	1
POLO EQUADOR	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	1
TOTAL		55

Fonte: Plataforma Freire/UNIFAP/UEAP/IFAP/POLO UAB – EQUADOR

Tabela 03 – Total de turmas concluídas pelas IES parceira através do PARFOR de 2009 a 2015

IES	CURSOS	TOTAL
UNIFAP	LICENCIATURA EM ARTES	5
	LICENCIATURA EM LETRAS	5
	LICENCIATURA EM FÍSICA	1
	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	4
	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	5
	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICA	5
	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	2
	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	5
	LICENCIATURA EM LETRAS	1
	FRANCÊS	
TOTAL		33

Fonte: Plataforma Freire/UNIFAP

Diante das análises, o programa no âmbito da Universidade Federal do Amapá segue as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação da Universidade Federal do Amapá, estabelece um conjunto de princípios, fundamentos metodológicos e procedimentos acadêmicos na organização curricular dos cursos de graduação da instituição, conforme a legislação educacional.

Detectou-se que a Universidade Federal do Amapá-UNIFAP no período que compreende o início do programa ano de 2009 até o ano de 2015, diante dos dados diplomou aproximadamente 770 professores pelo Programa PARFOR no percurso formativo do Plano Nacional de formação de professores da educação básica. Para dar

consistência ao objeto de estudo sobre a política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério em relação as implicações do programa de formação de professores no Amapá PARFOR, as escolas pesquisadas foram as seguintes: A Escola Estadual Modelo Guanabara, Escola Estadual José Bonifácio, Escola Estadual Professora Aracy Miranda de Mont'Alverne, que contribuíram significativamente na percepção das implicações do programa nas escolas, destacaram-se a importância dessa política educacional no trabalho da ação docente, na aprendizagem dos alunos em constituir novas competências para os professores, a valorização social e a formação em serviço com novas posturas na relações interpessoais na vivências cotidianas e nas aprendizagens sociais no contexto da comunidade, família e escola.

Verificou-se que a escola cumpre sua função social, cultural e política ao transmitir saberes e sistematizar informações e conhecimentos por meio de ações educativas em detrimento das habilidades e peculiaridades no processo ensino-aprendizagem. Portanto, diante dessa questão remete a implicação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, pela contribuição no processo de formação integral dos sujeitos, por meio da formação à professores no desenvolvimento das potencialidades intelectuais com referências em bases científicas e teóricas para concretização nos processos de formação do docente.

Os cursos do PARFOR de acordo com as análises dos entrevistados, são considerados como uma mudança de paradigma no que condiz a melhoria da educação básica das escolas da rede pública, com isso essa formação durante o percurso de formação possibilitou a construção de uma política permanente de formação de professores como caminho essencial para a articulação da teoria e prática, conforme diz a LDB -9394/96.

Nesse contexto, percebe-se que a IES formadora buscou implementar as licenciaturas com propósitos de atender à realidade regional ou local para a formação dos professores através de currículos e conteúdos formativos adequados com uma base sólida de conhecimentos pautados de recursos científicos e teóricos sendo essencial para a formação docente. É relevante, mencionar que, no contexto educacional, a formação de professores no país ainda revela em dados de pesquisas o déficit na necessidade de repensar um sistema educacional mais eficiente com avanços significativos para melhoria da realidade do ensino brasileiro. De forma, que possa oportunizar a profissionalização docente com estruturas formativas com conhecimentos essenciais para a criatividade e a capacidade de renovar as metodologias, perante o ritmo acelerado das transformações no mundo contemporâneo.

Conclusões

A política de formação para professores o PARFOR, possibilitou a melhoria na educação básica, com a qualificação em cursos em nível superior e contribuí na valorização da profissão de professor. No Estado do Amapá, com a implantação dessa política pública nacional de formação de professores na UNIFAP, as análises mostram um elevado número professores graduados em diversas licenciaturas. O PARFOR trouxe repercussões importantes nas vozes dos sujeitos no percurso de formação do programa, na IES formadora UNIFAP, reproduziu impactos na contribuição para a construção de uma prática docente qualificada na afirmação da identidade e na profissionalização do docente.

O Programa PARFOR, em parceria com a UNIFAP, garante cursos de licenciaturas aos professores que não possuem a formação, em observância à LDB 9394/96, e contribui

para a redução do quadro de professores sem formação em nível superior no Estado do Amapá. Ressalta-se a importância da formação, como forma de valorização da profissão, por meio de um projeto social, político e ético que garanta uma educação pública de qualidade para as escolas do estado do Amapá.

Desse modo, a política de formação de professores da Educação Básica e seus efeitos positivos junto aos professores atendidos, é razão pela qual resta a recomendação de continuidade do programa como necessidade e prioridade, para reduzir os problemas inerentes nas escolas da rede pública do Brasil e em particular do Amapá.

Referências bibliográficas

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F.; PUENTES, R. V. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 42, p. 94-112, 2011.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jan. 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. Plataforma Freire. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR**. Brasília, 20.. Disponível em: <<http://freire.capes.gov.br/index/o-que-e>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor Presencial. **Manual Operativo**, Brasília, DF, 27 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/2782014-MANUAL-OPERATIVO-PARFOR.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

LIMA, R.de S. **Formação continuada e a prática docente de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas particulares de Porto Alegre**. Porto Alegre: [s.n.], 2006.

LUZURIAGA, L. **História da Educação Pública**. São Paulo: Cia Nacional, 1959.

RODRIGUES, R. A de B. **As novas tecnologias de informação e comunicação: concepções de professores sobre a utilização do computador como mediação pedagógica no ensino da matemática**. 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012

SAVIANI, D. **Sistema de Ensino: subsídios para Conferência Nacional de Educação**. In: CONAE (Org.). Conferência Nacional de educação (Conae) 2010. Reflexões sobre a construção do sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação: diretrizes e estratégias de ação. Brasília: Inep, 2009

SILVA, C. S. R.; FRADE, I. C. A. da. Formação de professores em serviço. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 3, n.13, 1997.

TEDESCO, J.C. **El nuevo pacto educativo**: educación, competitividade y ciudadanía em la sociedade moderna. Madrid: Alaud Anaya, 1995

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.